DE "COMUNIDADE" PARA "SOCIEDADE": MEMÓRIA SOCIAL E LUTA POR AUTONOMIA NOS 50 ANOS DA REVOLTA DOS COLONOS NO SUDOESTE DO PARANÁ

Walter Marschner*

RESUMO: O presente artigo faz uma análise da Revolta dos Colonos, ocorrida no Sudoeste do Paraná em 1957, relacionando o fato histórico com a posterior consolidação de movimentos camponeses e estruturas de representação política na região. O artigo destaca o papel da memória social e da tradição em processos de mudanças de sociedades camponesas. A análise da Revolta e de seus desdobramentos quer mostrar como a memória social permite a identidade camponesa de se recriar no tempo e espaço, possibilitando formular um projeto de desenvolvimento de relativa autonomia dentro das complexas relações do capitalismo globalizado.

PALAVRAS-CHAVE: movimentos sociais do campo; memória social; tradição; desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT: This article analyzes the "Revolt of the Settlers", occurred in Southwest of Parana (BRASIL) in 1957 and relates the historical fact with further consolidation of peasant movements and political representation in the region. The article highlights the social memory role and the tradition in the processes of change of peasant societies. The analysis of the revolt and its developments wants to show, how the social memory allows the identity peasant to recreate itself in the time and space, allowing to formulate a development project of relative autonomy within the complex relations of globalized capitalism.

KEYWORDS: social movements; social memory; tradition; sustainable development.

* Doutor em Sociologia pela Universität Hamburg e professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados UFGD.

INTRODUÇÃO

Em agosto de 2007 comemorou-se no Sudoeste do Paraná os 50 anos da assim chamada Revolta dos Colonos, um dos raros episódios na história da questão agrária do Brasil com um desfecho positivo para as populações camponesas, com a conquista do direito de acesso a terra. A historiografia[1] analisa o ocorrido em 1957 como um levante camponês espontâneo, distinguindo-o de movimentos camponeses organizados como as Ligas Camponesas na década de 1950 ou as lutas pela conquista da terra a partir da década de 1980, protagonizados pela Pastoral da Terra, MST, Movimento de Atingidos por Barragens e outros. Não obstante, são várias as análises que atestam que a Revolta dos Colonos não consistiu apenas num marco histórico na luta por reforma agrária no Brasil, mas foi também o início da construção de uma *identidade de luta por autonomia* da agricultura familiar, concretizada num corpo numeroso de organizações sociais.

A propósito dessa construção de identidade da agricultura familiar, é interessante observar como as festividades alusivas aos 50 anos da Revolta oportunizaram a elaboração de um *discurso sobre a memória* e sobre as *tradições*. O resgate da memória e a recriação da tradição são entendidas como fator decisivo de resistência e autonomia deste grupo. Aqui se articulam elementos fundamentais no *processo* de transformação da sociedade camponesa. Ainda que toda utopia, todo projeto de futuro, tende a se basear numa certa visão e mesmo numa idealização do passado, percebe-se a relevância destes discursos num universo em que as transformações atuais são sentidas como despojamento, como processo de perda de identidade. Identidade aqui não se refere a uma essência original que um dado grupo preserva, mas implica na capacidade de "dizer-se", um processo que envolve constante reelaboração, manejando valores, estruturas simbólicas, representações sociais, processos que os teóricos das representações sociais como Bourdieu (1996) e Moscovici (1984) conceituam como uma cons-

[1] A Revolta dos Colonos também foi chamada de "Revolta dos Posseiros". Tal denominação considera que a antiga "Gleba das Missões", (que corresponderia aproximadamente ao Sudoeste do Paraná atual) era considerada na época terra *sob júdice* sendo que todo o acesso a terra dava-se pela forma da posse espontânea, sem as garantias de titulação. A Revolta é analisada por Martins (1981) Abramovay (1982), Lazier (1998), Gomes (1986), Wachowicz (1987), Feres (1990), entre outros . Todos estes concordam que a ocupação das terras livres do Sudoeste do Paraná se deu nos marcos do tradicional direito à posse da terra livre, típico dos movimento da fronteira agrícola no início do século XX. Não se tratava de uma luta em torno de um projeto de sociedade mais amplo. A revolta se limitou à luta pela titulação da propriedade da terra, opondo-se à política de concessão e concentração de terras, protagonizada pelo governo Lupion.

tante construção da realidade, operada pelos sujeitos, dentro de uma sociedade marcada pela conflitividade.

Até meados da década de 1960 os projetos de desenvolvimento para a América Latina foram, no geral, marcados por um forte "dualismo", pela idéia de que o avanço do capitalismo no campo só poderia se desenvolver eliminando sistematicamente os traços arcaicos que lhe eram anteriores. De fato, a assim chamada "revolução verde", nos moldes da estratégia do difusionismo[2], apostou na transferência de tecnologia, visando implantar na agricultura a mesma lógica que já vigorava na produção industrial. Primou-se assim pela sistemática relativização do saber tradicional e de elementos identitários das populações camponesas, substituindo-as por conhecimentos e técnicas exógenas. Tal processo fez do agricultor, outrora conhecedor dos sistemas naturais com quais interagia na produção, tornar-se um *produtor* de grande escala, especializado em uma ou duas culturas agrícolas.

Face a este cenário as análises mais recentes[3] sobre a história do Sudoeste do Paraná, também por ocasião dos 50 anos da Revolta, tem focado cada vez mais a relação entre memória, tradição e desenvolvimento nas comunidades rurais, bem como levantam a pergunta sobre o papel da

[2] A sociologia rural norte-americana pode ser historicamente resumida em duas fases: estudos de comunidade, a baseados basicamente pela teoria de Ferdinannd Tönnies "Gemeinschaft" und "Gesellschaft" e que afirmavam a existência de um continuum entrei o espaço rural e o urbano, sendo este primeiro fornecedor dos modelos de comportamento que seriam base de desenvolvimento da sociedade maior. A outra fase, a partir do final da segunda guerra mundial, se desenhou como o "teoria do difusionismo". Esta propunha a superação da teoria do continuum, uma vez que a modernização tecnológica havia solapada uma base social e econômica da dicotomia "Gemeinschaft" und "Gesellschaft". Seguindo a tendência modernizantes de sociologia passou ocupar-se da elaboração de estudos para a difusão de novas tecnologias. O estudo de Parsons "the Strukture of Social Action" tiveram grande exemplo aptos sobre a produção acadêmica da sociologia rural. O enfoque que éra de perspectiva behaviorista, visando mudança de comportamento, abrindo o mundo tradicional para a introdução de técnicas agrícolas. Os agricultores eram vistos como o "atores de uma determinada propriedade ou comunidade local, que respondiam racionalmente os estímulos às novas técnicas agrícolas,da "mass media" e da educação gerando novas oportunidades ocupacionais" (Schneider, 1997: 229).

[3] É o caso, por exemplo, da recente projeto de pesquisa da história oral, "Memória Campesina", promovida pela Universidade Federal do Paraná, Organizado pelo Departamento de Ciências Sociais da UFPR. O seminário reuniu em abril de 2007 pesquisadores, militantes, sindicalistas e instituições, de diversos municípios do Paraná procurando resgatar a história oral das lutas camponesas no Brasil no período antes de 1964. O evento se ocupou, entre outros, da luta dos colonos no Sudoeste do Paraná, relacionando o papel da memória na manutenção/recriação de uma identidade como forma de defesa de um "modo de vida" camponês.Veja Site www.deciso.ufpr.br/eventos/eventos.html (outubro de 2007 - Registro da memória oral encontrava-se em fase de conclusão).

identidade nos processos de desenvolvimento territorial.. Este artigo surge então no contexto destas iniciativas de investigação da memória camponesa e valendo-se também de material empírico próprio[4]. Buscamos aqui entender o papel da tradição e da memória nos processos de transformação que passam as comunidades camponesas. Antes de nos ocuparmos do processo histórico da revolta e seu desdobramento posterior, queremos aqui fazer algumas considerações iniciais sobre os conceitos de tradição e memória, relacionando-os com os processos de mudança e a construção de identidade de 1957 até a atualidade.

PROCESSOS DE MUDANÇA, RELAÇÕES E VALORES LOCAIS

> *"O nosso grupo encontrou primeiro o trabalho como valor. Depois também a gente encontrou a família. É um valor que a gente tem demais a preservar. No interior ela tem mais validade, a comunidade unida, também foi discutido né. Também se discutiu a questão da solidariedade.. porque antigamente quando a pessoa ficava doente e vinha todos os vizinhos em roda. Se visitavam mais, tinha mais união. Então era um valor.. também tem a palavra.. porque antigamente o que valia era o "bigode", o que a pessoa dizia, prometia, então ia ser cumprido. Porque hoje as pessoas fazem um negócio de compra e venda só no contrato, na base da caneta. Então esse valor.. ele faz falta na comunidade hoje"* (Renato Korb - Dois Vizinhos, 2004).

Ferdinand Tönnies, na trilha de Max Weber, já apontava que o processo de modernização se desdobra necessariamente na passagem de "Gemeinschaft" (comunidade, no geral identificada com o espaço rural) para "Gesellschaft" (sociedade complexa, identificada com o meio urbano), sendo esta primeira base para constituição da segunda, uma vez que, segundo Tönnies, no processo de urbanização e complexificação das relações, os elementos da socialização básica tais como as relações horizontais de vizinhança, parentesco, relações pessoais marcadas pela confiança e reciprocidade, típicos da Gemeinschaft, são mantidos (TÖNNIES, 1991).

Um dos valores básicos presentes na comunidade "Gemeinschaft" de Tönnies é a *confiança*. Confiança é um valor vinculante típico de relações

[4] As citações de agricultores/as deste artigo foram extraídas do material empírico da Tese de doutorado em Sociologia defendida pelo autor em Junho de 2005 "Die Kämpfe um MutterErde. Eine empirisch-qualitative Untersuchung über soziale Konflikte landloser Campesinos in Südbrasilien unter besonderer Berücksichtigung raum- und Handlungssoziologischer Kategorien", site: http://www.sub.uni-hamburg.de/opus/volltexte/2005/2606/.

horizontais, marcadas pela reciprocidade. Vínculos de confiança tem sido cada vez mais objeto de investigação da sociologia moderna, especialmente com o advento a globalização e o predomínio de relações abstratas na vida cotidiana. Os teóricos da globalização, como Giddens (1991) e Beck (1996) apontam como uma das conseqüências da modernidade a constante dissolução destes elementos vinculantes primários e, na falta destes, o advento do sentimento de risco e de profunda ansiedade social. Para Giddens as interações diretas e pessoais (face-to-face) tornam-se cada vez menos relevantes ou mesmo são virtualizadas, uma vez que na sociedade moderna as relações são crescentemente marcadas pela técnica e pela impessoalidade (ibid.). Com a globalização acontece cada vez mais o *descolamento*[5] das relações sociais de sua base territorial. Acontece a cisão entre o "lugar" - onde acontecem as práticas sociais específicas que nos moldaram, onde nossas identidades encontram-se ligadas intimamente - e o espaço indiferenciado, onde se dão as relações à distância, protagonizadas por ausentes (decisões de multinacionais, acordos bilaterais, impacto da política da Organização Mundial do Comércio, etc...). O meio rural, sem dúvida, é o espaço onde tal processo impacta com mais intensidade, solapando sobremaneira as condições[6] de formular um projeto de desenvolvimento próprio.

A MEMÓRIA E TRADIÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL

> *"Na época meu pai sempre dizia que terra continua sempre sendo terra. A gente tem que dar muito valor para terra. E o meu pai sempre foi assim de trabalhar na terra. Tinha muito isso disso de_ aonde ele começou ele sempre permaneceu. Ele nunca foi de ficar trocando. E na época não se comentava muito dos sem-terra."* (Zenaide de Souza – Asst. Missões, 2004)

[5] Antony Giddens (1991: 9) caracteriza o desenvolvimento da modernidade pelo que ele chama de "descolamento": o crescente impacto da intervenção de atores ausentes e, não raro, desconhecidos que passam a pautar o que acontece a nível local, causando o esvaziamento das relações face a face na condução dos processos sociais.

[6] Diante deste panorama, teorias recentes sobre desenvolvimento do espaço rural passam a dar considerável valor às relações interpessoais e vínculos locais. Estas passam a ser analisadas como fator importante para as estratégias de desenvolvimento descentralizados, a ponto de serem objetivadas como um recurso alocável, como um "capital social" quantificavel e assim elemento constituinte do cálculo econômico. Um dos idealizadores da teoria do "capital social", Putnam, acentua o papel do tradicional comunitarismo das sociedades européias e norte americana como uma estrutura social importante, pois é a base de uma *governança* local possível, dentro da dinâmica do capitalismo global (1996).

"*Terra continua sendo sempre terra*" nas sociedades rurais, considerando-se a relativa estabilidade que marca seu meio, as relações entre gerações são fortemente marcadas pela transferência de estruturas simbólicas e materiais. Para a reprodução da vida camponesa pesa decisivamente não apenas a sucessão hereditária da propriedade, mas também a transferência de conhecimentos tradicionais de plantio e o respeito a valores locais.

Agir em conformidade com a tradição pode oferecer a necessária segurança diante de decisões difíceis. Muitas vezes a tradição oferece aos camponeses a estrutura de orientação capaz de assegurar e preservar a unidade de produção familiar dos riscos vinculados com a modernização, como o êxodo rural e a proletarização na cidade. Não se trata de entender a tradição como um passado que simplesmente permanece, mas de um passado que abre no presente possibilidades para o futuro. Num sentido semelhante, Giddens formula:

> A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente ou futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. (GIDDENS, 1991, p. 44).

Isso pode-se perceber na forma como as práticas sociais de diferentes gerações se relacionam umas com as outras. A pesquisa sobre movimentos migratórios apontam para a manutenção de certas tradições e práticas sociais entre os migrantes, afiançadas num acúmulo de experiência em considerar riscos e chances, o que se torna fator decisivo para novas decisões e estratégias no contexto de constante itinerância.

A tradição é assim mais do que rotina ou hábito. Ela confere à rotina significado. Fornece a segurança ontológica necessária nos tempos de crise e mudança, uma vez que ela "mantém a confiança na continuidade do passado, presente e futuro e vincula esta confiança com práticas sociais rotinizadas" (GIDDENS, 1991, p. 107). A tradição é assim vinculada à temporalidade, ou seja, à maneira como o tempo e o passar do tempo é percebido. Para a compreensão da temporalidade da tradição, o conceito de "eterno retorno" de Mircea Eliade é de grande importância. Eliade (1986, p. 76ss) aponta para o fato de muitos povos viverem numa relação estreita com "a periodicidade da criação", apreendendo o tempo de forma diferente do que a forma cronológica-linear da sociedade moderna-ocidental. Esta experiência cíclica do tempo segue contudo fornecendo

categorias básicas para a medida do tempo histórico em sociedades modernas, especialmente quando a renovação constante das estações e os ciclos naturais é experimentada e celebrada nos diversos rituais que a sociedade ainda mantém.

Dos processos de transferência de saberes, dos quais vive a tradição, constitui-se uma estrutura interpretativa, que organiza e articula de forma significativa o passado, o tempo presente e o futuro. Não se trata contudo de uma série linear de acontecimentos históricos, visto que a tradição é constantemente marcada por rupturas com o passado e que as sucessões históricas podem se dar de formas diferenciadas e imprevisíveis. Por isso é necessário compreender de forma dinâmica uma tradição, como uma entrelaçamento de diferentes referências de tempos.

No seu estudo sobre a transição de sociedade rurais à urbanas, Lefebvre (1987) se reporta, à heterogeneidade do tempo[7]. Para ele o cientista social deve refutar toda "mistificação" do tempo presente e reconhecer o entrelaçamento de diferentes tempos que, sob a forma de memória e estruturas de identidade, interagem no cotidiano de cada indivíduo. Lefebvre aponta para a existência de "conteúdos latentes", inerentes a memória de cada ser humano e que podem num dado momento manifestar-se. Para Lefebvre, trata-se então da reconstituição de estruturas de sentido recalcadas, inconscientes, dificilmente reconhecíveis no cotidiano, dado as constantes contradições que marcam o dia a dia dos indivíduos.

A abordagem acerca da heterogeneidade do tempo por Lefebvre é importante para a compreensão acerca do cotidiano dos camponeses, que se dá no entrelaçamento entre passado e presente. A recepção da teoria do cotidiano de Lefebvre na sociologia brasileira dá-se sobretudo na discussão sobre a interface entre tempo e espaço no contexto de mudança social. Sua análise do cotidiano traz à luz temporalidades diferentes, que

[7] Lefebvre relaciona a reprodução do cotidiano com a reprodução das contradições da sociedade capitalista, sempre que o mundo do trabalho marcado pela rotina se opõe à criatividade dos seres humanos. Nisto ele vê a vida cotidiana sob a constante ameaça, de perder o controle tornando-se uma vida alienada e sem sentido. A objetivação da realidade é para Lefebvre central . Ele parte da compreensão marxista da relação entre ser humano e natureza (LEFEBVRE, 1987, p. 29) onde se opõe ao ser humano uma „segunda natureza" estranha, objetivada, por ele mesmo criada e que o limita.. A crítica de Lefebvre à vida cotidiana pergunta pelas possibilidades que os indivíduos tem de desfazer-se do jugo do dia-à-dia, de objetivar a realidade e se tornarem sujeitos. Subjetivação e objetivação pertencem-se de forma indissociável. Para ele o movimento de realização do ser humano parte do sujeito (seus desejos, esperanças e idéias) através dos objetos, para o mundo - como do objeto para o sujeito (libertação de cada determinismo externo, de cada determinação não compreendida e não dominada (LEFEBVRE, 1987, p.162).

condicionam a ação das pessoas simples e cuja origem só um estudo detalhado pode constatar. Martins (2000, p. 120) aponta para o desafio posto à sociologia de compreender o entrelaçamento entre tradição e modernidade existente no cotidiano dos camponeses, como condição para ocupar-se da questão da concretização do "tempo possível". Este "tempo possível" consiste em que tempos sociais esquecidos devem emergir nas relações sociais atuais, para assim desenvolverem as suas forças libertadoras (MARTINS, 2000, p. 120). A abordagem de Martins, em conformidade com a tradição de Lefebvre, sublinha por fim a função da memória e a sua elaboração histórica nos processos de mudança social.

MEMÓRIA

De forma semelhante Anthony Giddens chama atenção sobre tal reconstituição do passado. Ele descreve as relações entre a memória e os modelos de percepção que determinam o agir cotidiano (GIDDENS, 1997, p. 96ss) ou as relações entre tradição e modernidade (GIDDENS, 1997, p. 123ss). Para tal ele refere-se ao conceito de "memória coletiva" de Maurice Halbwachs mostrando como o passado influencia sobre o presente e sobre o futuro. A memória fornece à consciência uma constituição do tempo e fornecendo ao agir social integridade e durabilidade (GIDDENS, 1997, p. 123). Uma característica do processo civilizatório é, de acordo com Jan Assmann (2000, p. 84), "a produção de simultaneidade", onde diferentes tipos de tempos – temporalidade colonizada, medida e controlada – podem interagir mutuamente e condicionar largamente o agir cotidiano. Por outro lado a lembrança, o tempo vivido e a memória são reprimidos e eliminados "como uma espécie de resíduo irracional" (ASSMANN, 2000, p. 85).

Os Camponeses – isto torna-se claro na pesquisa empírica – encontram-se permanentemente neste processo de interpretação dos diferentes tempos que influenciam sobre a constituição do tempo vivido presente. A memória coletiva desempenha aqui um papel crucial. Ela confere estabilidade ao tempo atual, ao tornar reconhecível que a ação representa um tipo de continuidade do passado. Dessa forma surge uma relação entre o destino e agir de um com o destino e agir de outros atores. Esta interação fornece clareza e segurança diante da invasão do tempo objetivado, tempo da máquina, típico da sociedade industrial. A propriedade fundamental da temporalidade dos camponeses torna-se então

> constantemente vivida em relação ao passado, seja este um tempo familiar, mítico ou histórico. A onipresença do passado (..), a predileção de certos períodos, é uma luta dos povos do campo contra o tempo da cidade. (..) A atualização do passado é um tipo de resistência frente a outros tempos, introduzidos pela 'maquina'. Ela é um esforço para distanciar-se do tempo atual ou até mesmo julgá-lo e rejeitá-lo... (LAGRAVE, 1980, p. 48, trad. do autor).

Assim, Assmann refere-se à função libertadora desta reserva de lembranças, em considerando a colonização do tempo. Assmann sublinha neste caso a importância dos ritos e as celebrações como atividades sociais que conferem dinâmica aos processos de memória. Tal veremos a seguir. Em grupos sociais onde a fixação escrita da memória coletiva é praticamente inexistente, freqüentemente lança-se mão de diferentes processos de memória expressos nos rituais, na dança, celebrações, nos mitos ou até mesmo de conservação e manutenção de paisagens. Tratam-se de processos narrativos, de transferência de saberes e valores que buscam recriar a realidade partindo sempre de um núcleo identitário.

Após essas breves considerações conceituais, trata-se agora de indentificar na história do Sudoeste do Paraná como a tradição e a memória se articulam dinamizando processos de mudança. Para tanto apresentamos um resgate dos principais fatos históricos em torno da Revolta dos Colonos.

A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NO CASO DA REVOLTA DOS COLONOS DO SUDOESTE DO PARANÁ

O Sudoeste do Paraná se destaca por conservar, até os dias de hoje, uma distribuição demográfica de relativo equilíbrio entre espaço rural e urbano[8], o que se expressa também num destacado protagonismo da agricultura familiar. Mais do que um sistema econômico, a agricultura familiar se destaca por ser um sistema de relações sociais específico dentro do cenário rural nacional objetivado através de um conjunto de entidades de representação (como analisam ABRAMOVAY, 2005; MAGALHÃES, 2005). Entendemos que os elementos para a compreensão desta configuração de

[8] Segundo dados do IBGE a população rural do sudoeste do Paraná em 2.000 era de 189.582 habitantes que representava 40,11%, enquanto que a população urbana era composta por 283.044 habitantes, o que equivale a 59,89%. Enquanto que a população urbana no total do estado do Paraná consistia em 2000 em 81%.

relações tão singular estão em boa parte na formação do território. Muito antes de um território *decretado*, o Sudoeste do Paraná é resultante de identidades e interações entre atores sociais, historicamente forjados sobre um dado espaço.

Tomamos como ponto de partida, o início do século XX, ponto em que, segundo Feres (1990), o Sudoeste do Paraná apresentava uma população inferior a 3.000 habitantes concentrados especialmente nos campos de Palmas, em áreas planas abrangendo os municípios de Palmas e Clevelândia. A atividade pecuária da época pressupunha um sistema de organização social da grande propriedade rural com sua estrutura de agregados.

Esta estrutura representa, para alguns autores, a origem da população cabocla na região[9], apesar do reduzido número de pesquisa, é importante destacar que havia também a presença de indios. A esta população rarefeita acrescenta-se, na década de 1920, o processo de migração aleatório, que leva a população a praticamente dobrar (6.000 habitantes). Mas é a partir da década de 1940, com a vinda diária de migrantes de origem européia, que o crescimento populacional é impulsionado significativamente.

A política Getulista de integração nacional, visando a colonização de áreas estratégicas do território nacional - a assim chamada "marcha para o oeste" – trouxe grande levas de imigrantes. Na sua maioria, excluídos pela fragmentação da pequena propriedade no estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, chegam ao Sudoeste do Paraná em busca de terras livres, colonizando especialmente as áreas de mata tropical lindeira à já consolidada estrutura de grande propriedade dos campos de pastagem. O geógrafo alemão Leo Waibel (1984, p. 33), ao pesquisar na década de 1940 o movimento migratório teuto brasileiro, detecta duas estruturas territoriais no Sudoeste: de um lado os campos dos fazendeiros e seus agregados e, de outro, a mata dos colonos e caboclos. Tratava-se de uma ocupação diferenciada das terras que, segundo Andrade (1995, p. 63), era típica do sul do Brasil, onde ao colono de origem européia cabia às terras montanhosas e cobertas de mata.

[9] Além dos paraguaios e argentinos que extraiam a erva mate da região, o início do processo de ocupação teve ligação com o excedente de mão de obra das fazendas de criação de gado e de refugiados políticos da Guerra do Contestado (Feres s/d). Até a década de 1940 os migrantes, chamados por Feres (1990, p. 494) e Abramovay (1981) de *caboclos*, sobreviviam por meio da caça e principalmente do extrativismo de erva mate e da criação de porcos em regime semi-selvagem.

Apesar desta delimitação espacial, aconteciam, segundo Abramovay (1982, p. 54ss), trocas constantes entre caboclos e colonos. Estes últimos passam a adquirir as terras dos caboclos a preços simbólicos. Negociadas eram precisamente as melhorias dos caboclos sobre a terra, as clareiras e caminhos abertos. Vigorava a "compra do direito" à terra, o regime da posse, uma forma de acesso á terra mediada por um sistema de valores vigente baseados na economia de subsistência, onde o direito à terra de trabalho tem primazia sobre qualquer outra relação de propriedade (WOORTMANNN, 1997, p. 151; MUSUMECI, 1988, p. 34).

> No começo eram muito pouca gente. Nós ficamos em quatro famílias, e quem nós encontramos morando aqui eram... como se diz... brasileiros, né. Caboclos... e aquele povo foi se retirando. Eles foram vendendo, porque eles mostravam para gente, extensões enormes de terra... não havia nem divisa... você comprava assim mais ou menos sem marcar... (Tecla Trigeri, Jacutinga, 2004).

Os colonos também assimilam o modo de ocupação cabocla da terra virgem, reproduzindo por muito tempo o sistema de pousio rotativo, informação também confirmada por Bonetti (1997, 18ss). Para Feres (1990, p. 495) a relação de produção sob as terras virgens, obedecia a relação "mais espaço – menos trabalho", resultante da ocupação livre das terras abundantes e da baixa concentração demográfica.

Para Marschner (2005, p. 133ss) o sistema de posse assimilado pelos colonos era compatível à economia mercantil das colônias de migrantes, onde as propriedades mantinham uma economia ainda bastante autárquica, marcadamente uma economia de subsistência, que produzia ainda pequenos excedentes para o mercado, majoritariamente a suinocultura, com as safras de porcos[10] comércio de madeira e demais relações de trocas com as bodegas. É importante destacar que a empreitada colonizatória no sudoeste do Paraná se consolida a partir de redes de cooperação e reciprocidade oriundas de seus lugares de origem. As novas comunidades se estruturam no geral a partir de relações vizinhança e parentesco, agora reproduzidas nas novas terras.

[10] Para Feres (1990) e Bonetti (1997) a suinocultura manteve-se como forte atividade econômica, sendo responsável pela ampliação das áreas ocupadas pelo cultivo do milho, principal fonte alimentar dos suínos. Assim, havia uma coexistência entre a suinocultura em regime semi-selvagem e a de safra (1990, p. 495).

> Era sem pagamento. Não tinha assim, negócio no dinheiro. Especialmente com os parentes. Porque não queria que o parente fosse mais longe. Ou, por exemplo, o meu pai, ou o pai do Bernardo, que era irmão dele...eles diziam: 'você se coloca ali, fica ali'. Daí vinha mais um conhecido, mais um parente: 'vamos repartir um pedaço, você dá mais um pedaço...' então era assim mais nesse jeito ... não era comercial. (Tecla Trigeri, Jacutinga, 2004),

Tal dinâmica de ocupação territorial favoreceu a construção de relações horizontais relativamente homogêneas, fatores decisivos para o sucesso da empreitada colonizatória. A Colônia Agrícola General Osório (CANGO) com instalação de considerável apoio logístico (serrarias, atendimento médico, fornecimento de ferramentas, entre outras medidas) desempenhou papel central para consolidação de uma economia mercantil de colônia agrícola (LAZIER, 1998, p. 17; ABRAMOVAY, 1981, p. 41).

Neste aspecto podemos observar uma progressiva interligação dos territórios através atividades dos colonos articulada com uma crescente cadeia de atores de uma economia mercantil florescente. Junto com os migrantes, vinha o serviço de moinhos, ferreiros-artesãos, transportadores, comerciantes e, sobretudo, as bodegas, pontos de articulação de uma economia de permutas fortemente baseada em relações pessoais – ainda que marcada pela significativa exploração dos migrantes pelos bodegueiros.

Nenhum outro fato histórico poderia revelar a importância e o vigor deste sistema de colônia agrícola, do que a revolta armada dos colonos contra companhias colonizadoras CITLA, Comercial Agrícola e Companhia Apucarana em 1957. A ação criminosa destas companhias colonizadoras, representantes do Governo Lupion, através da violência de jagunços, visava por fim ao sistema de posse. Os colonos eram obrigados a pagar pelas terras já ocupadas ou assinar promissórias assumindo a dívida. Com a coerção armada estava ameaçado um sistema de relações horizontais, de confiança, de relativa harmonia, de reciprocidades, de redes de cooperação e trocas simbólicas. Essa ameaça os colonos descreviam quase apocalipticamente: "Imperava o medo. Não havia mais lei! Jagunço e polícia estavam de mãos dadas, não havia mais baile, nem missa, as pessoas começam a ir embora..." (Avelino Cavaleri, Verê, 2007).

Finalmente a reação armada de colonos, caboclos e comerciantes, logra a tomada das cidades de Pato Branco, Francisco Beltrão, Santo Antônio do Sudoeste e Capanema, bem como a expulsão dos jagunços, a destruição dos escritórios das colonizadoras e todas das hipotecas, represen-

tando um dos raros momentos da história da questão agrária brasileira onde agricultores vencem estruturas oligárquicas. Um fato importante destacado por Battisti (2006), consiste no fato de o incentivo para a revolta ter sido desenvolvido por lideres do PTB e da UDN preocupados em consolidar a política getulista na região e em fortalecer uma oposição ao governo de Lupion. Também destacamos que outras lutas começam e recomeçam a partir desse fato político.

DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE ORGANIZATIVA E A DEFESA DA AUTONOMIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Não é possível falar da capacidade de mobilização social da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná sem fazer vínculos com essa herança histórica. A posterior ação do Grupo Executivo para as Terras no sudoeste do Paraná (GETSOP), no período João Goulart, na década de 60, com a emissão de 32.256 títulos de lotes rurais e 24.661 urbanos, ratifica uma estrutura fundiária no Sudoeste já efetivada. Se a emissão de títulos de propriedade pode ser considerada como símbolo da vitória da luta pela terra, esta política, por outro lado consolida a implantação da propriedade privada na região. Essa intervenção, protagonizada pelo Estado, na questão fundiária, estabelece definitivamente as condições para a penetração do capital no espaço rural.

A seqüência do orquestramento estatal permanece a partir da década de 1970, quando o Estado assume o papel de fomentador da *revolução verde*. Implanta-se o modelo de desenvolvimento agropecuário, tendo como meta a acumulação ampliada de capital, de forma a atender interesses do sistema capitalista hegemônico, através de investimentos e da criação e ampliação de mercados. Os principais instrumentos do avanço do capital sobre a agricultura familiar passam a ser o crédito e as grandes cooperativas.

Na década de 60 surge no Sudoeste do Paraná a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), na época uma entidade vinculada à igreja católica, seguindo os ventos inovadores do concílio Vaticano II (1962-1964), atuando na região na perspectiva de organizar a sociedade civil dentro de uma perspectiva religiosa progressista.

A Assesoar inicialmente organiza as famílias de agricultores em grupos de reflexão e ação. Estes grupos questionam a política assistencialista em vigor e passam a reivindicar um sindicalismo combativo. Parte destes pequenos grupos de base passam a se vincular à Comissão Pastoral da

Terra (CPT) que surgia no Paraná em 1979. Da ação organizativa da CPT, por sua vez, numa articulação de movimentos camponeses dos três estados do sul, surge, por último, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Dessas ações e articulações, surge no sindicalismo uma nova geração de dirigentes, com histórico de formação nas Comunidades Eclesiais de Base e pastorais, grupo que vai posteriormente fundar em 2001 a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul (FETRAF-SUL). Não é exagero afirmar que estas entidades no Sudoeste fizeram fermentar o caldo de cultura de uma história de lutas contra o latifúndio, protagonizado pela revolta de 1957. As lutas das entidades nas décadas de 1970 em diante voltaram-se sobretudo para a defesa da *autonomia* da agricultura familiar, frente aos avanços da fronteira agrícola e da *revolução verde* com todas as suas conseqüências, expressas de forma generalizada em todo Brasil pela falência das pequenas propriedades e pelo conseqüente esvaziamento das populações do campo, fruto nefasto de um política de desenvolvimento voltada para a geração de divisas a partir do modelo agroexportador. Ao mesmo tempo que se esboça uma tenaz resistência ao modelo agrícola através de suas entidades de representação, a agricultura familiar se mostra criativa em consolidar um vigorosa rede de pequenas cooperativas e associações de agricultores familiares, das quais se destacam hoje as Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar (CLAFs) e as Cooperativas de Crédito Rural com Integração Solidária (CRESOIS).

OS 50 ANOS DA REVOLTA E OS DISCURSOS SOBREA IDENTIDADE

A celebração do cinquentenário da Revolta em agosto de 2007 desdobrou-se em uma série de atividades, organizadas por prefeituras da região e, em especial, pelas organizações da agricultura familiar do Sudoeste e do Estado. Sob o lema "A vida se renova a partir da resistência e luta de um povo em movimento", a Assesoar organiza um documentário a partir do depoimento das testemunhas vivas da revolta (Revista Cambota, n. 259, 2007). Em vários municípios aconteceram cultos ecumênicos de memória, convidando os "pioneiros da revolta" a relatar para as gerações mais novas o acontecido. Monumentos foram eregidos em Santo Antônio do Sudoeste, Verê, Capanema e Francisco Beltrão, municípios que foram cenário dos conflitos mais acirrados entre jagunços e posseiros. Em outubro de 2007

aconteceu na câmara dos deputados em Brasília uma sessão solene[11], reunindo agricultores e agricultoras que participaram dos combates. Entre as diversas festividades, destaca-se aqui a 22. Romaria da Terra em Francisco Beltrão (cidade que foi palco principal da Revolta) em agosto de 2007. Organizada pela Comissão Pastoral da Terra, a Romaria reuniu em agosto de 2007 cerca de 8000 pessoas de todo o Paraná e oportunizou o resgate de diversas narrativas sobre as lutas de 1957, bem como formulou uma interpretação de matriz religiosa dos acontecimentos. As diversas entidades envolvidas no ensejo desfraldavam suas bandeiras, emblemas, faixas e declaravam-se organicamente integradas na história e no espírito da luta dos antepasssados: "nossa principal mensagem: no Sudoeste do Paraná temos um povo que luta por vida, por terra e por justiça social e que não tem medo do desafio da construção de uma nova sociedade" (Revista Cambota, ibid). A Romaria articulou de forma ritual as narrativas sobre o evento histórico e logrou, nas palavras de Assmann, fundir a memória em uma construção identitária coerente, capaz de fazer dela um elemento de transformação social (2000: 83ss). Concomitante à Romaria também celebrou-se em Francisco Beltrão a III Festa das Sementes, onde centenas de agricultores trouxeram e partilharam sementes criolas. "Com as sementes partilhamos nossos saberes tradicionais e lutamos na defesa da diversidade, porque as sementes tem memória" (participante da festa das sementes, Francisco Beltrão, agosto de 2007). Vinculando saberes as sementes, a luta pela diversidade não se limita ao ecosistema, mas diz respeito à pluralidade de modos de vida no campo. Biodiversidade e ressignificação do espaço social se imbricam aqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama brevemente esboçado é fundamental para que se compreenda a tensão histórica que se coloca à agricultura familiar, na senda entre a manutenção de um modo de vida com relativa autonomia econômica, de valores e identidades, e o movimento progressivo de incorporação deste sistema social às estruturas do capital agroindustrial. Não se trata aqui de perguntar pelas chances de sobrevivência de uma sociedade de valores comunitários e de economia autárquica de relativa autonomia dian-

[11] Vide relato disponível em: http://www.assisdocouto.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=205&Itemid=37. Acesso em: set. 2008.

te da economia de mercado, mas de perceber que a imagem dessa sociedade resiste na atualidade, expressando-se na forma de uma forte "memória coletiva" (no sentido de Halbwachs, 2004), como uma subjetividade latente, motor das lutas contemporâneas e espírito presente nas entidades sindicais, movimentos sociais e ONGs que atuam no Sudoeste do Paraná.

Em termos de memória social, a passagem do sistema de posse para a experiência da propriedade privada e a inserção do capital agroindustrial, ainda que impactante, é recente, sendo apenas um componente do devir histórico deste grupo, insuficiente para definir sua identidade. É preciso partir de uma abordagem mais ampla, entendendo tudo o que compõe o "ethos" (no sentido de Bourdieu) do agricultor familiar: entender o mundo de relações, valores e representações que compõe o "campo", lugar vivencial, locus de um modo de vida distinto do urbano.

Como apontado no início deste ensaio, a história do Sudoeste do Paraná carrega de forma dramática e singular a crise da passagem - retomando Tönnies (1991) - de *comunidade* (Gemeinschaft) para *sociedade* (Gesellschaft). Entende-se aqui o processo de complexificação típico das relações da sociedade moderna, onde está em jogo não só a despedida de uma economia mercantil para uma economia complexa de mercado, mas a migração gradual de uma rede de valores de reciprocidades e relações pessoais para um sistema abstrato de *contrato social*, onde vigoram relações anônimas envolvendo a interação com sujeitos muitas vezes ausentes. O dilema colocado à agricultura familiar é a construção de um projeto de desenvolvimento que dê conta de garantir a relativa autonomia de seu modo de vida e criar as interfaces com economia globalizada. O caso do Sudoeste do Paraná e sua herança de 1957 é, sem dúvida exemplar.

O proposto aqui foi estudar a base histórica da Revolta dos Colonos no Sudoeste do Paraná, como um exemplo do *processo* de transformação da sociedade camponesa, focando alguns dos elementos constituintes da identidade. Ao apontar a perspectiva da memória e da tradição, persegue-se aqui a comunidade no sentido clássico, uma comunidade que não é empírica, que é uma construção teórica. Nos passos de Octávio Ianni (apud Carvalho, 2004: 145), temos em foco a comunidade que o camponês está inventando. Não é ainda a sociedade que ele vive concretamente, mas é a sociedade que ele está inventando. Uma sociedade que não se restringe ao modo de trabalhar ou a terra, mas é englobante. Inclui sua religião, sua mística, a sua poética, as suas narrativas. Está em questão um conjunto complexo, uma totalidade dialética que instiga a investigação.

Recebido em 20/09/2008
Aceito em 25/10/2008

REFERÊNCIAS

ASSESOAR. História e memória – 1957 a 2007. *Revista Cambota*, Francisco Beltrão, v. 259, ano XXXIII, 2007.

ASSMANN, Jan. *Das kulturelle Gedächtnis*: Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen. 3. Aufl., München, Beck Verlag, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa*: o sudoeste paranaense. 1981. Tese (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *A agricultura familiar entre setor e o território*. São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/2005/. Acesso em: jun. 2006.

ANDRADE, Manuel C. A. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.

BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. In: *CAMPO-TERRITÓRIO* – Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.

BECK, Ulrich et al. *Reflexive modernisierung*: eine Kontroverse. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

BONETTI, Lindomar W. *A exclusão social dos caboclos do sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão: ASSESOAR, 1997. (Manuscrito não publicado).

CARVALHO, Horácio M. (Org.). *O campesinato no século XXI*: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Curitiba, 2004. mimeo.

FERES, João B. *Propriedade da terra*: opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil. Amsterdam: CEDLA, 1990.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da Modernidade*. 3.ed. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. *Die Konstitution der Gesellschaft. Grundzüge einer Theorie der Strukturierung*. 3. ed. Frankfurt/M.: Campus Verlag, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GOMES, Iria Zanoni. *1957. A revolta dos posseiros*. São Paulo: Criar, 1986.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

LAGRAVE, Rose-Marier. *Le village romane*. Le Paradou: Editions Actes Sud, 1980.

LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse de terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed. Francisco Beltrão: Grafit, 1998.

LEFEBVRE, Henri. *Kritik des Alltagslebens: Grundrisse einer Soziologie der Alltäglichkeit*. Frankfurt/M.: Fischer Taschenbuch-Verlag, 1987.

MARSCHNER, Walter R. *Die Kämpfe um MutterErde. Eine empirisch-qualitative Untersuchung über soziale Konflikte landloser Campesinos in Südbrasilien unter besonderer Berücksichtigung raum- und Handlungssoziologischer Kategorien*. Disponível em: http://www.sub.uni-hamburg.de/opus/volltexte/2005/2606/. Acesso em: jun. 2007.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *A sociabilidade do homem simples*: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil*. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/NEAD, 2005.

MOSCOVICI, Serge. The phenomenon of social representations. In: FARR, Robert und; MOSCOVICI, Serge. *Social Representations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

MUSUMECI, Leonarda. *O mito da terra liberta*. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1988.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia*; *a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SCHNEIDER, Sergio. Da Crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da sociologia norte-americana. In: *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasilia: UNB, Bd. 14, n. 2, 225f, 1997.

TÖNNIES, Ferdinand. *Gemeinschaft und Gesellschaft*: Grundbegriffe der reinen Soziologie. 3. ed. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1991.

VILELLA, Sergio L. *Globalização e emergência de múltiplas ruralidades*: reprodução social de agricultores via produtos para nichos de mercado. 1999. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas.

WACHOWICZ, Ruy C. *Paraná, Sudoeste*: ocupação e colonização. 2. Aufl. Curitiba: Vicentina, 1987.

WANDERLEY, Maria N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In:CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). *Campesinato no Século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2005.

WAIBEL, Leo. *Leo Waibel als Forscher und Planer in Brasilien*: vier Beiträge aus der Forschungstätigkeit 1947 - 1950. Stuttgart: Steiner, 1984.

WOORTMANN, Klaas. "Com parente não se neguceia": O campesinato como ordem moral. In.: *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, n. 87, 1990.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra*: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UnB, 1997.